



AgEcon SEARCH

RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

No endorsement of AgEcon Search or its fundraising activities by the author(s) of the following work or their employer(s) is intended or implied.



AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NO ACRE EM MEIO AO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO

ELYSON FERREIRA DE SOUZA; GISELE ELAINE DE ARAÚJO BATISTA SOUZA; VALÉRIA CORRÊIA DE FARIA;

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

VIÇOSA - MG - BRASIL

gigi_acre@yahoo.com.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Desenvolvimento Rural, Territorial e regional

AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NO ACRE EM MEIO AO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO

Grupo de Pesquisa: Desenvolvimento Rural, Territorial e Regional

Resumo

Este trabalho trata sobre as políticas de desenvolvimento rural realizadas no Acre e a correlação destas políticas com a sustentabilidade em meio ao processo de globalização. O objetivo deste trabalho é analisar se a política de desenvolvimento rural denominada Pólos Agroflorestais efetivamente se enquadra nos pressupostos do desenvolvimento sustentável. Para esse trabalho, buscaremos compor o contexto em que essas políticas foram implementadas no estado do Acre. A guisa de uma conclusão, acreditamos que os Pólos Agroflorestais só podem representar alternativas de desenvolvimento sustentável nesta sociedade globalizada se o desenvolvimento por ele proposto contemplar em plenitude os aspectos econômicos, sociais, ambientais e político-institucionais, garantindo a reprodução social das famílias.

Palavras-chaves: Agricultura Familiar, Pólos Agroflorestais, Sustentabilidade.

Abstract

This paper deals with the policies of rural development held in Acre and the correlation of these policies with sustainability in half the process of globalization. The objective of



this work is to examine whether the policy of rural development called Poles Agroflorestais actually fits in the assumptions of sustainable development. For this work, buscaremos composing the context in which these policies were implemented in the state of Acre. The way of a conclusion, we believe that the Poles Agroflorestais can only represent alternatives for sustainable development in this globalized society is the development proposed by him include in the fullness aspects economic, social, environmental and political-institutional, ensuring social reproduction of families.

Key Words: Family Agriculture, Poles Agroflorestais, Sustainability.

1. INTRODUÇÃO

O meio social em que vivemos passa por intensas transformações que abrangem o campo da socioeconomia, política, cultura dentre outros. Estas modificações podem estar sendo causadas pelo fenômeno da globalização, que atinge os meios urbano e rural nas mais variadas nações e regiões. O objetivo principal deste trabalho é analisar se em meio ao processo de globalização, a política pública de desenvolvimento rural implementada em Rio Branco no Acre, denominada Pólos Agroflorestais estão efetivamente se enquadrando nos pressupostos de desenvolvimento sustentável e quais seus reflexos sobre a reprodução social das famílias assentadas. Tal investigação se justifica em função de que estes assentamentos já foram implantados há mais de 13 anos e, esperamos que, com este estudo, seja possível o levantamento de uma gama de informações que mapeie as condições de vida das famílias ali assentadas.

2. DISCUTINDO AS CATEGORIAS: DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E REPRODUÇÃO SOCIAL

As categorias analíticas que referendam as discussões desse estudo se embasam nas noções de “globalização” propostas por Lopes (1998), “desenvolvimento” trazidas por Amarthia Sen (2000), “ecodesenvolvimento” propostas por Ignacy Sachs (1986) e das noções de “reprodução social” desenvolvidas por Allan Johnson (1997) e Mello [et.al] (2003).

Nos tempos atuais, a sociedade vivencia efetivamente o fenômeno da globalização. Segundo Lopes (1998) este processo é uma evolução que gera um dinamismo no processo de acumulação material, evolução de tecnologia e consideráveis modificações na evolução da organização social das sociedades. Mesmo com críticas quanto ao acesso e exclusão dos benefícios trazidos pelo fenômeno da globalização, o que tem se notado é que este fenômeno vem se disseminando em diversos países e regiões que buscam alcançar o tão sonhado desenvolvimento. Mas qual seria do desenvolvimento considerado ideal?

Segundo a perspectiva apontada por Sen (2000) na sua obra “*Desenvolvimento como Liberdade*”, as condições de vida não se limitam a serem enfocadas somente sob



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



a ótica da renda, mas num contexto mais amplo que envolve a superação da privação das capacidades. Segundo este autor, só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser ou fazer na vida. Dentre as muitas escolhas e opções que as pessoas podem fazer na vida, o autor aponta quatro que, segundo ele, são imprescindíveis: ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade. Na ausência destas, as outras possíveis escolhas estariam indisponíveis ou inacessíveis.

Neste contexto, o desenvolvimento corresponde a uma efetiva ampliação das possibilidades de escolha que ultrapassem a bandeira do consumismo fortemente defendido em sociedades globalizadas: não é importante se limitar a possuir novos modelos de aparelhos celular, roupas da moda ou diversidade de bens duráveis; mas sim, ter a garantia de oportunidades de expansão das potencialidades humanas que dependem de fatores sócio-culturais, como moradia, saúde, educação, comunicação, direitos e liberdade. Outro fator a ser destacado como um pré-requisito de suma importância, é a garantia de liberdade para as pessoas fazer as escolhas que afetarão suas vidas. A visão de Sen em relação ao desenvolvimento é aquela que tem como fator primordial, a expansão das liberdades reais dos indivíduos com determinantes econômicas e sociais (determinadas por acesso à renda, saúde, educação e direitos civis entre outros). É antagônica às visões de cunho estritamente economicista, como as que relacionam desenvolvimento com crescimento do PIB, aumento da renda *per capita*, industrialização, avanço tecnológico ou modernização. Em relação aos fatores estritamente econômicos, o autor aponta que são consideravelmente importantes como meios necessários para expandir as liberdades substantivas¹ das pessoas. “[As riquezas] são desejáveis por si mesmas, mas porque são meios admiráveis para termos mais liberdade para levar o tipo de vida que temos razão para valorizar” (SEN, 2000, p.28)

Esta leitura leva a interpretações de que o desenvolvimento tem de estar relacionado com aquilo que as pessoas consideram como melhoria de vida e as liberdades que desfrutam, pois a expansão destas liberdades torna estas pessoas mais completas, capazes de interagir e influenciar o meio em que vivemos.

Esta maneira de vislumbrar os meios e os fins do desenvolvimento coincidem com a proposta de sustentabilidade contidas nas proposições de Ignacy Sachs (1986) na obra “*Eco desenvolvimento - Crescer sem Destruir*”. Para Sachs (1986) os moldes tradicionais de desenvolvimento objetivavam o crescimento econômico por meio da modernização e industrialização, sendo nocivos para as sociedades e o meio ambiente. Destaca ainda, que em muitos casos, as dependências econômica, técnica e cultural, podem levar algumas sociedades a querer copiar estes “parâmetros”. Em função disso, ecodesenvolvimento surge como uma alternativa a nível local e regional, capaz de satisfazer tanto as necessidades imediatas como as de longo prazo, considerando os fatores econômicos, sociais e ecológicos. Para Sachs (1986) o desenvolvimento deve ser

¹ Conforme Sen, a liberdade substantiva se constitui dentre outras coisas nas capacidades elementares, como por exemplo, “ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão.” (SEN, 2000, p.52)



pensado visando contemplar as seguintes dimensões: econômica, ecológica, sócio-cultural, política e técnica. Com base nesta análise, foi feito o roteiro analítico que se adequasse à realidade dos Pólos, o qual contemplará os seguintes aspectos:

- a) Econômico: rendimentos em função da diversificação produtiva no campo, acesso aos mercados, ações pluriativas ou atividades econômicas diversificadas nos centros urbanos.
- b) Ambiental: conservação dos recursos naturais (principalmente recursos hídricos e vegetais) e dos ecossistemas locais.
- c) Social: Acesso das famílias à terra, alimentação, moradia, aos serviços de saúde, educação e lazer.
- d) Político Institucional: Participação em sindicato, associação, partidos políticos com objetivos de propiciar a gestão descentralizada e o fortalecimento das capacidades técnicas dos agentes envolvidos (criação de novas formas de associações, formação de técnicos).

Os princípios de desenvolvimento e sustentabilidade reforçam as posturas e modos das pessoas, sendo elementos vitais para a reprodução social de grupos familiares. Para Johnson (1997) a reprodução social se constitui num processo pelo qual, a cultura, características e traços culturais são reproduzidos através das gerações por meio de algumas instituições como famílias, escolas, comunidades, instituições governamentais ou não governamentais, dentre outras. Ao estudar a reprodução social na agricultura familiar no sul do Brasil, Mello *et.al.* (2003) apontam características marcantes que podem ser passadas às outras gerações, dentre elas: a aprendizagem das atividades produtivas, a gestão no uso das terras e outros capitais. Junto a estas características, acrescenta-se a transmissão de hábitos e posturas. Estes autores ainda identificaram naqueles grupos familiares e na comunidade onde eles viviam existia uma espécie de pressão moral que primava pela continuidade do desenvolvimento de atividades agrícolas por parte dos membros dessas famílias, onde todo processo de gestão e decisão sobre o uso dos recursos era determinada pelo pai, esposo, pelo homem como “chefe” da família. Esses aspectos relacionados tanto a fatores econômicos, ambientais, políticos e culturais, ligados aos hábitos e modo de vida das famílias estão fortemente relacionados à **reprodução social**.

3. OS PÓLOS AGROFLORESTAIS COMO POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NO ACRE

O extrativismo vegetal da borracha na Amazônia vivenciou dois grandes momentos, o primeiro ocorreu quando o látex era o insumo essencial para a produção industrial, em função disso, houve incentivo para a vinda dos nordestinos por meio da promessa de enriquecimento fácil, acesso a terras férteis e livres das secas que comumente assolavam o nordeste brasileiro. O outro grande momento da extração da borracha nesta região, veio com o advento da segunda guerra mundial, pois os seringais



existentes na Malásia foram tomados pelos japoneses, restando aos ingleses recorrerem ao antigo fornecedor desta matéria-prima tão importante economicamente e vital para se vencer a guerra (SOUZA,1995). Em função dessas fases, o ciclo econômico da borracha, propiciou o período de maior expressão política, cultural e sócio-econômico da região Amazônica (MARTINELLO, 1985).

Ao analisar os modelos de desenvolvimento implantados na Amazônia Ocidental e, mais especificamente do Acre, Rêgo (1996) afirma que no final dos anos de 1960 e início de 1970, houve significativas transformações econômicas, que modificaram as relações sociais locais existentes, levando à desestruturação da atividade extrativista. Tais transformações foram fruto de políticas desenvolvimentistas implementadas para a Amazônia, fundamentadas essencialmente na expansão da fronteira agrícola, que conforme tratamos anteriormente, incentivava a “transferência” de terras a compradores do Centro-Sul do país, os quais introduziram na região a prática da pecuária extensiva, transformando parte da estrutura da floresta em pastagens (SILVA, 1990). Segundo Oliveira (1985), a desestruturação dos seringais – mediante mercantilização de terras para os grandes grupos econômicos do país – provocou um considerável processo de expulsão de diversas famílias de seringueiros dessas terras para os centros urbanos, constituindo-se, assim, as periferias² das cidades acreanas e todos os problemas decorrentes dessa constituição. Devido a gravidade da situação, Costa Filho (1995) chama a atenção para a seguinte questão:

“O Acre inicia a década de oitenta sem resolver a questão fundiária. A luta pela terra continua. A concentração fundiária, que é uma característica histórica da região, aumenta, assim como a violência contra os trabalhadores rurais. A luta pela reforma agrária, pela resolução dos problemas fundiários passa então a ser a bandeira dos seringueiros e dos trabalhadores rurais em geral no Estado” (COSTA FILHO,1995, p. 19).

Com o objetivo de erradicar estas tensões, o governo local, a partir de 1975, intercedeu junto ao governo federal brasileiro para que este iniciasse através do Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária (INCRA), a implantação das primeiras experiências de Projetos de Colonização na região e, assim, foram criados os Núcleos de Apoio Rural Integrados (NARI's) e os Projetos de Assentamento Dirigidos (PAD's) no Estado do Acre.

Existe uma questão polêmica a respeito dos modos de colonização agrícola praticados na agricultura tradicional, muitos acreditam que a forma itinerante como a agricultura familiar é praticada nestes assentamentos poderia ocasionar danos ao meio ambiente, uma vez que para garantir a “melhor fertilidade do solo” e maior capacidade produtiva na agricultura, os pequenos produtores rurais daquela região, faziam “derrubadas” e/ou queimadas das matas em áreas ainda não cultivadas para aumentar a área de solo fértil para o plantio (de arroz, feijão, mandioca e milho) – essas práticas eram repetidas anualmente pelos diversos agricultores familiares do Acre e da Amazônia. Paralelo a isto, verificam-se que anualmente ocorrem inúmeras queimadas

² Como características gerais destas periferias destacam-se: a falta de oportunidades de trabalho, a miséria, a prostituição e as péssimas condições de domicílio.



na Amazônia, o que desperta grande preocupação quanto a preservação dos recursos naturais. Como viabilizar propostas de desenvolvimento para comunidades tradicionais da floresta? Para Maciel (2003) o grande desafio na Amazônia é a implementação de políticas públicas no sentido de maior justiça social, de contenção do desflorestamento e de utilização racional do meio ambiente com ações voltadas à sua conservação.

A incorporação da preocupação com a sustentabilidade socioambiental nas políticas de desenvolvimento do Acre levaram à formulação dos Sistemas Agroflorestais (SAF's)³, como uma alternativa de uso sustentado do ecossistema tropical úmido, principalmente, pelas vantagens que podem proporcionar nos aspectos ecológicos, econômicos e sociais. Nessa perspectiva, a necessidade de reorientação das políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável no Acre, conduziu a Prefeitura Municipal de Rio Branco a adotar, a partir de 1993, uma nova política de assentamento para os produtores rurais, denominada Pólos Agroflorestais, tendo os SAF's como atividade principal.

Sob argumentos de trazer para o estado do Acre, uma nova modalidade de assentamento que tentasse conciliar o acesso à terra com a diversificação produtiva e o cuidado com o meio natural, o poder público municipal, viu a necessidade de reorientar suas políticas para os agricultores familiares da região e, optou por implantar os Pólos Agroflorestais como política de fixação do homem ao campo. Atualmente existem cinco pólos agroflorestais no município de Rio Branco, que são geridos pela Prefeitura, para que as famílias fossem beneficiadas com lotes nos pólos elas tinham que atender a alguns critérios: estar excluídas do mercado de trabalho (desempregadas ou subempregadas), ser morador das periferias da cidade de Rio Branco, ter aptidão para o trabalho agrícola, ser originário da zona rural (ex-seringueiro, ex-agricultor), não possuir imóveis rurais, ser casado e maior número de filhos (RIO BRANCO, 2006).

Segundo o poder público municipal, estes Pólos podem ser caracterizados por um conjunto de ações que possibilitam aos agricultores familiares uma maior diversificação da produção (lavoura, frutos, criação de pequenos animais) e a devida preservação do meio ambiente. Além disso, acredita-se que nos moldes tradicionais de uso da terra predomina a prática da agricultura itinerante, extremamente predatória, como foi dito anteriormente.

4. CONCLUSÃO

Na visão do poder público de Rio Branco, os Pólos Agroflorestais surgiram como uma proposta de desenvolvimento regional que figuram como melhores oportunidades de trabalho, acesso aos direitos e serviços básicos com vistas a satisfazer as suas necessidades, tais como acesso à moradia, postos de trabalho e renda, saúde, ensino, participação política, preservação dos recursos naturais, dentre outros. Nesses termos, o processo de sustentabilidade coloca-se, pois, como um percurso do crescimento econômico integrado por mecanismos de redistribuição da riqueza, além de

³ Conforme Batista (2004) o SAF é a associação entre espécies lenhosas (árvores, arbustos, palmeiras) e cultivos agrícolas, na mesma área, de forma simultânea ou seqüencial.



reformas sociais e políticas de grande peso e impacto. No entanto, embora não tenhamos ainda dados que nos subsidiem, a análise de projetos de desenvolvimento rural sustentável, nos moldes dos pólos agroflorestais, tem que ser feita a partir da realidade dos pólos, tanto em termos do modelo agropecuário empregado, como da realidade vivida pelas famílias. Ou seja, buscando compreender em que medida os parâmetros de sustentabilidade se efetivam e de que forma esse modelo de assentamento pode avançar em relação aos modelos tradicionais, especificamente em relação à reprodução social das famílias assentadas. Finalizando, os Pólos Agroflorestais só podem representar alternativas de desenvolvimento sustentável nesta sociedade globalizada se o desenvolvimento por ele proposto contemplar em plenitude os aspectos econômicos, sociais, ambientais e político-institucionais, garantindo a reprodução social das famílias que lá residem.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Gisele Elaine de Araújo. **Alternativas de Desenvolvimento Sustentável: o caso da RESEX Chico Mendes e das Ilhas de Alta Produtividade**. 2004. 93p. Monografia (Graduação em Economia) - Universidade Federal do Acre, Rio Branco.

COSTA FILHO, Orlando Sabino da. **Reserva Extrativista - Desenvolvimento Sustentável e Qualidade de Vida**. 1995. 156 p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Minas Gerais, 1995.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia: Guia Prático da Linguagem Sociológica**; Tradução Ruy Jungmann; Consultoria, Renato Lessa-Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

LOPES, Rodrigo. **A cidade intencional: o planejamento estratégico de cidades**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

MACIEL, Raimundo C. G. **Ilhas de Alta Produtividade: Inovação Essencial para a Manutenção dos Seringueiros nas Reservas Extrativistas**. UNICAMP. Campinas, 2003. 98p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente).

MARTINELLO, Pedro. **A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas Conseqüências para o Vale Amazônico**. USP. São Paulo, 1985. 435p. Tese (Doutorado História Econômica).

MELLO, Márcio A; ABRAMOVAY, Ricardo; SILVESTRO, Milton L; DORIGON, Clóvis; FERRARI, Dilvan L; TESTA, Vilson M. **Sucessão Hereditária e Reprodução Social da Agricultura Familiar**. Revista. Agric. São Paulo, SP, n.50(1), p. 11-24, 2003.

OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de. **O sertanejo, o brabo e o posseiro: os cem anos de**



andanças da população acreana. Rio Branco: FDRHCD, 1985. 101 p.

RÊGO, José Fernandes do (coord.). **Análise econômica de sistemas básicos de produção familiar rural no vale do Acre.** Rio Branco: UFAC, 1996. 53 p. (Projeto de Pesquisa do Departamento de Economia da UFAC).

RIO BRANCO (Município). Secretaria de Agricultura e Floresta. **Matriz de Informações – Pólos Agroflorestais.** Rio Branco-AC, 2006.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir.** São Paulo: Vértice, 1986.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 1 - 219.

SILVA, Adalberto Ferreira da. **Raízes da ocupação recente das terras do acre: movimento de capitais, especulação fundiária e disputa pela terra.** Rio Branco: Casa da Amazônia, 1990. 79 p. Dissertação (Mestrado em Economia Regional) -Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 1990.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **História do Acre.** Rio Branco: M.M. Paim, 1995.